

REGINA CELIA PAGLIUCHI DA SILVEIRA  
LÊDA TEREZINHA MARTINS

A

LINGÜÍSTICA

E O ENSINO

DE

LÍNGUA PORTUGUESA

## ABSTRACT

This work presents some points of consideration about the teaching/learning methods of the Portuguese language. It has some criticism about the teaching towards the grammar as an end and not as a means, and also towards the way as the text is presented to the teaching of the Portuguese language. The universities are supposed to provide researches that help the teaching of languages and also a true connection between research-teaching.

## RESUMO

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre o ensino/aprendizagem da língua portuguesa. Faz algumas críticas ao ensino voltado à gramática como fim e não como meio e ao modo como o texto é apresentado no ensino da língua portuguesa. Propõe que as universidades procurem fazer pesquisas que subsidiem o ensino de línguas e que haja uma verdadeira integração pesquisa/ensino.

---

(\*) O presente trabalho é uma síntese da palestra proferida pelas autoras, professoras da PUCSP, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, no dia 30/09/82.

O ensino/aprendizagem de língua materna no Brasil tem sido objeto de preocupação constante para nos estudiosos. As dificuldades são muitas e a problemática existente resulta de causas variadas e complexas.

Neste trabalho, não pretendemos esgotar o assunto, pois isto requer inter e multidisciplinaridade.

Delimitamos nossas reflexões a alguns aspectos relacionados ao ensino/aprendizagem de língua materna, buscando o instrumental e a maneira como vem sendo realizado o processo, a partir de alguns pontos que nos parecem prioritários para abrir uma discussão.

Iniciaremos perguntando: O que é ensinar língua materna?

Uma das possíveis respostas seria: A gramática é o cerne do ensino/aprendizado de língua materna.

Outra questão ocorre: O que é gramática?

Entendemos por gramática um conjunto finito de regras, capaz de possibilitar ao usuário a produção de textos coerentes.

Esta resposta nos leva também a afirmar a existência de várias gramáticas, dentre elas, a do uso-pádão.

Examinemos:

O texto é uma unidade significativa original, dotada de coerência, pois mantém uma única referência, negociada com os interlocutores a partir de um saber partilhado, também designado intertextualidade referencial. Como o texto é lugar de subjetividade, para que ocorra a coerência interna é necessário que o produzidor faça um recorte referencial, tematizando, a fim de que se construa um desacordo.

A relação estabelecida entre acordo e desacordo com a manutenção de uma única referência é organizada a partir de regras da gramática narrativa. Assim sendo, as categorias narrativas são vistas por nós como macrocategorias textuais, a saber: equilíbrio, desequilíbrio, retomada do equilíbrio e avaliação. Isto significa que entendemos a narratividade como uma das

capacidades cognitivas do homem e, em especial, sendo semio-lingüística.

Designamos, portanto, a coerência interna do texto, como organização macrocategorial que produz uma unidade significativa com progressão semântica.

Por haver uma única referência, nenhum elemento contraditório deve ser introduzido; e por haver progressão semântica, devido à organização macrocategorial, a circularidade semântica será evitada.

Neste sentido, diferenciamos coesão e coerência.

A coesão está ligada a um componente discursivo que dá, na linearidade sintática do texto, a sequência entre suas frases.

A coerência decorre de um componente pragmático e está ligada à Semântica do texto.

Por esta razão, podemos dizer que há textos com coesão e coerência quando a sequência de suas frases está imbricada com as macrocategorias textuais. Há textos, porém, que não têm coesão mas que têm coerência, isto é, têm uma unidade referencial com um recorte subjetivo e uma progressão semântica, mas não há sequência entre suas frases. Há ainda textos sem coerência, mas com coesão aparente.

Nossa escola tem privilegiado os textos que têm coesão e coerência, porém não tem propiciado um instrumental para que este processo ocorra.

Parece-nos, todavia, que a problemática inicia-se pela ausência de uma definição de texto no nível proposto por nós.

Sabemos que a nossa escola preocupa-se com texto e, portanto, tem diferenciado, na programação, aulas de gramática, redação e leitura. Todavia, a atenção está sempre voltada para o ensino/aprendizado da gramática tradicional, também chamada gramática do uso padrão. Assim, se retomarmos a primeira questão proposta por nós, teríamos: O que é ensinar língua materna?

Nós diríamos: é ensinar a produção de textos coerentes, pois só assim o educando torna-se sujeito do

seu discurso, capaz de situar-se historicamente no seu contexto e interargir, sendo livre.

É necessário, portanto, que nos preocupemos com a coerência e a coesão textual, com a tipologia de textos e a tipologia do discurso.

Já nossa escola responderia:

Ensinar língua materna é ensinar a produzir frases bem formadas, segundo as regras gramaticais do uso padrão. Por esta razão, em todos os níveis de escolaridade, a atenção está voltada para a ortografia, classes gramaticais, sintaxe da oração e a sintaxe dos períodos, e conseqüentemente, regras de pontuação.

Pensamos que a preocupação exclusiva com o componente gramatical tem marginalizado, ou mesmo, omitido o componente discursivo e o componente pragmático.

Assim, o texto é visto como uma seqüência de frases bem construídas gramaticalmente, quando em verdade esta posição não é capaz de dar conta da unidade significativa original.

O homem não fala/escreve, ouve/lê por palavras ou frases isoladas e sim por textos coerentes, já que a linguagem é uma das capacidades cognitivas que se define pela textualidade, intertextualidade e argumentatividade.

Neste sentido, propomos a necessidade da lingüística para a melhoria do ensino/aprendizagem de língua portuguesa no Brasil ou em qualquer país, tornando-a aplicada.

Desde o início dos estudos lingüísticos, a noção de estrutura tem orientado a descrição de língua e a definição de linguagem.

Numa breve síntese, poderíamos destacar dois momentos para a lingüística estrutural: o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Durante esses dois grandes momentos, há sempre a coexistência da gramática do uso-padrão e a prescrição gramatical. Enquanto a lingüística é uma ciência que tem por objeto a linguagem humana em sua essência e conseqüentemente as líng

guas naturais, a gramática de uso-padrão tem um papel político de manter a uniformidade nacional, tentando regular as diversidades das normas orais, sejam elas individuais, grupais, regionais ou nacional, a partir do uso escrito, individual, de escritores considerados de "prestígio", isto é, aqueles que serviram ao poder político da época em que viveram.

Não podemos dizer que as regras gramaticais são descritas a partir de normas, isto é, frequência de uso. Muito pelo contrário, estas regras são propostas a partir do estilo, usos individuais intencionais, de cada escritor. Por esta mesma razão, não encontramos entre nossos gramáticos, regras uniformes. Citemos como exemplo a concordância nominal e/ou a verbal. Encontramos, geralmente, uma regra geral que tem caráter linguístico, pois segue a estruturação da frase. Em seguida, os gramáticos enumeram as exceções às regras, que são tantas, que muitas vezes contrariam a generalidade citada. Um confronto entre gramáticas nos mostra a diversidade: o que para um é permitido, para outro é prescrito.

Acreditamos que a gramática do uso padrão não é um livro didático, mas sim um manual de consulta que possibilita a estruturação coesiva culta, de textos.

Caracterizamos esta gramática como uso-padrão, pois não podemos dizer que é uma norma, isto é, frequência de uso, mas sim que resulta do uso culto da forma escrita de diferentes escritores, refletindo, portanto, diferentes estilos. Quando dizemos uso padrão, é no sentido de que as regras descritas destas subjetividades de uso escrito devem padronizar as diversidades dos usos orais e escritos, a partir de um padrão proposto, que é representativo do poder político que, no nosso país, é econômico também.

Porém, quando entendemos a nossa gramática tradicional desta maneira, não estamos, de forma alguma, contrários ao seu ensino. Estamos buscando o seu devido lugar no ensino/aprendizagem de língua materna. Claro está que se um professor não estiver atento a ela, es

tará, fatalmente, marginalizando seus alunos, numa sociedade como é a nossa, atualmente. O educando só poderá agir socialmente, se estiver integrado ao grupo que está no poder. É necessário, portanto, que as regras convencionais sejam apresentadas em nossa escola, assim como as diferentes possibilidades de usos lingüísticos, dependendo dos dêiticos discursivos.

Evanildo Bechara, em um momento muito feliz, afirmou: o papel do professor de língua materna é tornar seu aluno um poliglota em sua própria língua.

Isto se refere aos diferentes usos lingüísticos e dentre eles, o uso padrão.

Nós completamos dizendo que ensinar língua materna não é apenas ensinar diferentes usos, pois estes estão relacionados ao componente gramatical que é responsável pelas frases bem formadas de um texto. Mas dizemos ainda que ensinar língua materna implica também a coerência e a coesão do texto, isto é, o componente pragmático e o discursivo.

A lingüística estruturalista, preocupada com a descrição do código lingüístico, oferece-nos resultados obtidos, importantes para a organização da frase. A lingüística pós-estruturalista, preocupada com a produção de textos, situa no homem a produção de significações, na contextualização discursiva; seus resultados obtidos até o momento oferecem-nos novas direções para o ensino/aprendizagem de língua materna, pois, ao situar os processos de produção, melhora a qualidade de da vida humana.

No Brasil, todavia, há um desligamento entre pesquisa e ensino. Assim sendo, nas universidades, enquanto a pesquisa lingüística vem sendo desenvolvida direcionada ou pelo estruturalismo ou pelo pós-estruturalismo, buscando dar conta da linguagem humana, na escola de 1º e 2º graus, o nosso ensino continua centrado na palavra e na frase, com a atenção voltada para a gramática do uso padrão. Podemos mesmo dizer que nossos professores/alunos não saberiam situá-la em seu devido lugar. Pela programação proposta pode

mos observar que esta gramática continua sendo o fim para o ensino de língua materna, quando deveria ser um dos meios.

Em síntese, propomos uma integração entre pesquisa e ensino, numa dialética de realimentação. Conseqüentemente, um novo ponto de vista para o texto, propiciando ao educando tornar-se sujeito do seu discurso.

Esperamos que nossas reflexões produzam novas reflexões a fim de repensar a problemática existente e procurar novos caminhos, tendo sempre a consciência de que sendo a linguagem um processo cognitivo do homem e a língua seu instrumento de pensar o mundo e representá-lo para si e para o outro, a aprendizagem desta deve ser uma dinâmica, e quanto mais compreendermos seu processo e categorias, mais estaremos descobrindo a respeito do homem e sua situação histórica de interação. Estaremos, assim, aprendendo mais a respeito de nós mesmos.

-----\*-----